



Escritório Digital integrará processos em todo o país

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) lançaram, no início deste mês, o projeto Escritório Digital do Processo Eletrônico. Quando finalizado, o software desenvolvido pelo CNJ deverá integrar os sistemas processuais dos tribunais brasileiros e permitir ao usuário externo uma porta única de acesso ao Judiciário. O protocolo conjunto foi assinado pelo presidente do CNJ, ministro Ricardo Lewandowski, e pelo presidente da OAB, Marcus Vinícius Coêlho, durante a realização da 200ª Sessão Ordinária do Conselho. "O ideal, que nós queremos atingir, é a unificação de todos os sistemas, pois nós não achamos correto nem eficiente que cada tribunal tenha o seu próprio sistema", assinalou Lewandowski. A primeira parte do projeto deve ser concluída em março de 2015. "O primeiro passo, evidentemente, é que esses sistemas se comuniquem entre si e, mais que isso, que os recursos aos tribunais superiores possam ser feitos sem maiores problemas. Então são passos em direção à meta da unificação", acrescentou o presidente do CNJ.



CNJ lança campanha para divulgar vantagens do Pje

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) lançou campanha para esclarecer a comunidade da Justiça sobre os benefícios da utilização do Processo Judicial Eletrônico (PJe). São sete peças, em forma de banners e cartazes, desenvolvidas para internet e redes sociais, além de um vídeo em animação gráfica que mostra as vantagens oferecidas pelo sistema, como segurança, transparência, rapidez e economia. Clique aqui para ver o vídeo. Leia mais.

Justiça Militar inicia implementação do PJe

O Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais (TJM/MG) iniciou, no último mês, a implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe) em suas auditorias de primeira instância. O TJM/MG é o primeiro tribunal da Justiça Militar a utilizar o PJe, sistema de processo judicial eletrônico desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em parceria com os tribunais e a participação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Ministério Público, Procuradorias e Defensorias.

PJe nos Tribunais

PJe começa a funcionar nas Varas da Família e de Sucessões de Jaboatão

As Varas da Família e Registro Civil e as de Sucessões e Registros Públicos de Jaboatão dos Guararapes funcionam com o Processo Judicial Eletrônico (PJe) a partir desta sexta-feira (5/12). No último dia 28, o sistema foi implantado nas Turmas da Fazenda do 1º Colégio Recursal. Leia mais.

TJDFT: Processo eletrônico chega às Turmas Recursais do Fórum Leal Fagundes. A partir desta sexta-feira, 12/12, o Processo Judicial eletrônico - PJe alcança a 1ª, a 2ª e a 3ª Turmas Recursais dos Juizados Especiais, localizadas no Fórum Leal Fagundes. A implantação do PJe no TJDFT teve início no dia 25 de julho e segue um cronograma. A previsão é que, até 2017, todas as varas do Tribunal já estejam funcionando com o sistema. Já operam com processo eletrônico os sete Juizados Especiais Cíveis e o Centro Judiciário de Solução de Conflitos dos Juizados Especiais Cíveis, e também os três Juizados Especiais de Fazenda Pública do mesmo fórum. Com a troca do meio papel pelo eletrônico, torna-se obrigatória a certificação digital para advogar perante as varas que já migraram para PJe.

Tribunal de Justiça do Ceará conclui implantação do PJe nos Juizados da Capital e do Interior

A Secretaria de Tecnologia da Informação do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) concluiu a implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe) em 41 Juizados Especiais Cíveis e Criminais da Capital e do Interior do Estado, além de seis Turmas Recursais. O sistema tem como objetivo proporcionar agilidade na tramitação de processos, transparência e redução de custos para a Justiça estadual.

TJMT treina usuários do Pje

O Processo Judicial Eletrônico (PJe) é um sistema que está revolucionando a forma como os processos judiciais estão sendo conduzidos em todo o país. Mas a novidade é que a partir de agora, além de estar sendo implantado em 30 unidades julgadoras de todo Estado, o Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) também está treinando os servidores e operadores do direito para utilizar o sistema.

Juízes adotam procedimentos para implantação do PJe-JT

Os juízes do trabalho que atuam no Fórum Maximiano Figueiredo, em João Pessoa, se reuniram na última terça-feira para discutirem e adotarem procedimentos necessários ao trabalho com o sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT). As deliberações estão em uma ordem de serviço assinada juíza Rita Leite Brito Rolim, titular da 6ª Vara do Trabalho de João Pessoa, no exercício da direção do Fórum Maximiano Figueiredo, e do juiz Paulo Henrique Tavares da Silva, titular da 5ª Vara do Trabalho de João Pessoa e Patrocinador do "Projeto Celeridade" no âmbito do TRT da 13ª Região.

TRT 14 inaugura a primeira Vara do Trabalho ecologicamente sustentável

O Tribunal Regional do Trabalho de Rondônia e Acre inaugurou, na terça-feira (02/12), em Sena Madureira (AC), a primeira Vara do Trabalho com critérios de sustentabilidade e acessibilidade na região. A vara funcionará 100% com Processo Judicial eletrônico, PJe, diminuindo consideravelmente a produção de resíduos e consumo de papel. Um mecanismo de aproveitamento da água pluvial economizará água e a arquitetura e luminárias da unidade judicial, desenhadas para apresentar alto rendimento e eficiência, pouparão energia elétrica à administração do tribunal.

Processo Judicial Eletrônico começa a funcionar na 1ª Região

A Justiça Federal da 1ª Região deu um importante passo este mês com a implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe) no Tribunal e na Seção Judiciária do Distrito Federal (SJDf). Agora, os processos das classes mandado de segurança e ação monitoria passam a tramitar exclusivamente no novo sistema, conforme a Resolução Presi nº 22 e a Portaria Presi nº 438, assinadas em 27 de novembro pelo presidente do TRF1, desembargador federal Cândido Ribeiro.

Mandados de segurança em matéria criminal permanecem em formato físico após implantação do Pje

Os mandados de segurança em matéria criminal devem ser protocolados no Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) e na Seção Judiciária do Distrito Federal (SJDf) em formato físico, mesmo após a implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe), ocorrida na nessa segunda-feira, dia 2. Esta classe específica de processo será contemplada futuramente no novo sistema de gestão processual do Tribunal, tanto no primeiro quanto no segundo grau de jurisdição.

Curtas do Pje

TJDFT disponibiliza nova sala para atender advogados

Desde o dia 27/11, uma nova sala está disponível para atender os advogados nas demandas relativas ao Processo Judicial eletrônico - PJe. A sala fica no térreo do Bloco IV do Fórum Leal Fagundes, em Brasília, onde o sistema PJe já foi implantado nos sete Juizados Especiais Cíveis, nos três Juizados de Fazenda Pública e no Centro Judiciário de Solução de Conflitos dos Juizados Especiais Cíveis.

TRT5 fecha 2014 com 22 Varas com sistema e-Samp

O Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região fechará o ano de 2014 com 22 Varas de Salvador operando com o módulo eletrônico do Sistema de Acompanhamento e Movimentação de Processos (e-Samp). Desde o dia 2, as 24ª, 31ª, 33ª e 34ª Varas já utilizam a ferramenta. Apenas neste ano, 17 unidades em Salvador já adotaram o sistema, seguindo cronograma preestabelecido.

Conselheiro do CNJ visita vara cível no Fórum Lafayette/MG

O conselheiro Rubens Curado, membro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), visitou na manhã de hoje, 25 de novembro, a 7ª Vara Cível do Fórum Lafayette. Ele veio conhecer o método de implantação do Processo Judicial eletrônico (PJe) em Belo Horizonte.

TJRJ instala dois juizados que funcionarão somente com processos eletrônicos

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro instalou no dia 26, o II Juizado Especial Cível de Santa Cruz que passou a funcionar exclusivamente com processos eletrônicos. A medida está no Ato Executivo Conjunto nº 21/2014, assinado pela presidente do TJRJ, desembargadora Leila Mariano, e pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Valmir de Oliveira Silva. Leia mais. Processo Eletrônico diminui consumo de material nos Juizados Especiais de Brasília

No mês de outubro, os Juizados Especiais de Brasília reduziram o consumo de materiais de escritório em 53,9% em relação à média dos meses anteriores. Em destaque, o 6º Juizado Especial Cível, que alcançou 95% de redução. O processo judicial eletrônico foi instalado nos juizados especiais de Brasília em 25 de julho. Desde então, materiais como resma de papel, caixas de arquivo, capas de processo sofreram reduções em seus consumos.

Leia mais - Boletim PJE Edição n.3

[Http://www.cnj.jus.br/programas-de-a-a-z/sistemas/processo-judicial-eletronico-pje](http://www.cnj.jus.br/programas-de-a-a-z/sistemas/processo-judicial-eletronico-pje)

Fique atualizado



PJe PJe PJe PJe PJe PJe PJe PJe PJe

Tribunal de Justiça baiano retoma trabalho após o recesso

As unidades judiciárias da Bahia voltaram a funcionar normalmente na última quarta-feira (7/1) depois do recesso forense, iniciado dia 20 de dezembro. Contudo, a pedido da seccional baiana da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) as audiências e sessões de julgamento somente voltarão a ser realizadas a partir do dia 21 de janeiro. Os prazos processuais também só passarão a contar a partir desta data. Leia mais

Processos Eletrônicos já somam mais de 11 mil no Maranhão

Dados do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) indicam que mais de 11 mil processos foram criados diretamente no sistema do Processo Judicial Eletrônico (PJe), gerando 50 mil movimentações sem o uso de papel em 36 juizados especiais e turmas recursais do estado. O número supera o total de unidades previstas na meta definida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Leia mais.

Portaria regulamenta PJe na Justiça Federal da 1ª Região

O presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), desembargador Cândido Ribeiro, disciplinou, por meio de Portaria, o funcionamento do Processo Judicial Eletrônico (PJe) no âmbito da Justiça Federal da Primeira Região. O documento entrou em vigor na semana passada. Leia mais.

PJe nos Tribunais

TRT divulga calendário de implementação do PJe em 2015

O Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, por meio do Aviso Nº 5/2014, divulga o calendário de implantação do PJe-JT em 2015, nas cidades do estado da Bahia, conforme dispõe o artigo 35 da Resolução nº 185 de 18 de dezembro de 2013, do Conselho Nacional de Justiça. Leia mais.

TRT-RS pretende completar implementação do processo eletrônico em outubro de 2015

O Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (RS) definiu o cronograma de implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe-JT) em 2015. Entre 19 de março e 9 de outubro do próximo ano, o sistema será instalado em mais 38 unidades judiciárias, de 32 cidades, finalizando a implantação da ferramenta no Estado. Leia mais.

PJe é instalado nas Varas de Família e Registro Civil de Paulista

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) continua a implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe) em 2015 nesta primeira semana de janeiro, desta vez em Paulista. A instalação do sistema nas Varas de Família e Registro Civil da comarca ocorreu nesta quarta-feira (7/1). Em 2014, o Judiciário estadual expandiu o PJe para mais 95 unidades judiciais de Pernambuco. Leia mais.

PJe da Corregedoria Geral de Justiça começa a funcionar no dia 15 de dezembro

A partir do dia 15 deste mês, a Corregedoria Geral de Justiça (CGJ) começa a trabalhar com o Processo Judicial Eletrônico (PJe-CGJPB) e será a segunda no País a tramitar seus feitos administrativos nessa modalidade. Assim, mais uma meta da administração do corregedor-geral de Justiça, desembargador Márcio Murilo da Cunha Ramos, e de sua equipe de magistrados e servidores, será cumprida. Leia mais.

Nova versão do PJe-JT já funciona no TRT5. Confira os avanços
Começou a funcionar nesta segunda-feira (15/12), no âmbito do TRT5, a nova versão do Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT), nomeada Versão 1.4.8.3.2, que tem como principais novidades: alterações no painel do advogado a fim de melhorar seu desempenho. Outra melhoria é que o usuário agora pode filtrar a lista de documentos do processo por tipo de documento, sem precisar paginá-los várias vezes até encontrar o documento que procura. Os componentes de tela receberam novos itens de acessibilidade, para reduzir o grau de dificuldade de uso do sistema por pessoas com necessidades especiais. Leia mais.

Nova versão do PJe-JT começa a ser testada por TRTs

A nova versão do Processo Eletrônico Judicial da Justiça do Trabalho (PJe-JT), de número 1.4.8.3, já está sendo testada pelos TRTs e traz mais de 100 correções de erros de versões anteriores. Leia mais.

Curtas do PJe

JFPB divulga novas utilizações do PJe nas Execuções Fiscais

A partir do próximo dia 7, a Justiça Federal na Paraíba adotará novas utilizações do Processo Judicial Eletrônico (PJe) nas ações de execução fiscal. Segundo portaria da Direção do Foro, a partir do primeiro dia após o recesso forense do Poder Judiciário, o uso do PJe será obrigatório para ajuizamento e tramitação das ações judiciais de Embargos à Execução Fiscal, Embargos à Adjudicação, Embargos à Arrematação e Embargos de Terceiro, bem como outras classes conexas, incidentais ou dependentes. A portaria nº 155/GDF também estabelece a utilização facultativa do Processo Judicial Eletrônico - PJe para ajuizamento e tramitação das ações judiciais de Execução Fiscal.

Leia mais - Boletim PJE Edição n.4

[Http://www.cnj.jus.br/programas-de-a-a-z/sistemas/processo-judicial-eletronico-pje](http://www.cnj.jus.br/programas-de-a-a-z/sistemas/processo-judicial-eletronico-pje)

Justiça priorizará conciliações, processos dos maiores litigantes e recursos repetitivos



O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Ricardo Lewandowski, anunciou, nesta terça-feira (11/11), em Florianópolis/SC, os compromissos da Justiça brasileira para 2015. Entre as sete metas aprovadas pelos presidentes dos tribunais brasileiros durante o VIII Encontro Nacional do Poder Judiciário, estão promover mais conciliações e julgar mais processos dos principais litigantes e os recursos repetitivos. O objetivo das medidas é evitar que novas ações judiciais sobrecarreguem ainda mais os tribunais do país. Em 2013, havia 95 milhões de processos tramitando na Justiça, sendo que apenas cerca de 30% deles foram baixados (resolvidos pelo Judiciário) ao longo do ano passado. Aumentar os casos solucionados por conciliação será a missão que a Justiça Federal terá para o próximo ano, de acordo com a Meta 3. Segundo o ministro Lewandowski, é preciso enfatizar a busca pela via da conciliação para resolver "essa explosão de litigiosidade, um fenômeno que acontece no Brasil e em todo o mundo".

A Meta 7 estabeleceu que o Superior Tribunal de Justiça (STJ), a Justiça do Trabalho e a Justiça Estadual priorizarão, no ano que vem, o julgamento dos processos dos maiores litigantes. Em 2012, levantamento do CNJ apontou que o setor público federal e os bancos respondiam por 76% dos processos em tramitação na Justiça.

Ainda de acordo com a Meta 7, também será priorizado o julgamento dos recursos repetitivos, como são conhecidos aqueles recursos que propõem teses idênticas, baseadas na mesma questão de direito. Quando são considerados repetitivos, os recursos são sobrestados, ou seja, permanecem suspensos até que um tribunal superior se pronuncie a respeito da questão. A decisão do tribunal vale para todos os recursos repetitivos do mesmo grupo.

"Estamos aprendendo com nossa experiência que devemos impedir que os grandes litigantes prossigam com essa sua ação, muitas vezes nefasta, de abarrotar os escaninhos da nossa Justiça, e também tomarmos decisões que impeçam que as ações se repitam indefinidamente, muito embora já tenham sido definitivamente decididas pelas várias instâncias das diferentes Justiças especializadas", afirmou.

Manutenção – O colegiado de presidentes de tribunais brasileiros manteve duas metas históricas relacionadas à produtividade dos juizes. A Meta 1 determina que os magistrados deverão julgar, ao longo de 2015, um número de processos maior do que a quantidade de ações judiciais que ingressarem ao longo do ano. A Meta 2 se refere ao julgamento de processos antigos. Ambas as metas deverão ser cumpridas por todos os segmentos da Justiça brasileira.

Também foi aprovada pelo terceiro ano a meta que prioriza o julgamento dos processos relativos a casos de corrupção e improbidade administrativa, a chamada Meta 4. O VIII Encontro Nacional também aprovou a Meta 5, segundo a qual a Justiça do Trabalho e a Justiça Federal deverão impulsionar os processos de execução. De acordo com a Meta 6, o STJ, a Justiça do Trabalho, a Justiça Estadual e a Justiça Federal se comprometeram a priorizar o julgamento das ações coletivas.

Na avaliação do ministro Lewandowski, o processo de definição das metas de 2015 levou em conta "aspectos humanos", tais como a saúde e a qualidade de vida de magistrados e servidores. "Verificamos que, além das principais estatísticas sobre o Judiciário, na média dos últimos anos os juizes chegaram praticamente ao limite, prolatando cerca de 1,4 mil a 1,5 mil decisões por ano. Isso é um esforço sobre-humano que começa a afetar a saúde, o bem-estar e a qualidade de vida de magistrados e servidores", disse o ministro.

A preocupação da magistratura brasileira reunida no VIII Encontro Nacional do Judiciário com a saúde dos recursos humanos dos tribunais fundamentou a criação da diretriz estratégica segundo a qual todos os segmentos da Justiça deverão "zelar pelas condições de saúde e qualidade de vida no trabalho de magistrados e servidores".

Manuel Carlos Montenegro
Agência CNJ de Notícias

Fique atualizado

Sete metas do Judiciário para 2015.

META 1

Julgar mais processos do que os distribuídos

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

META 2

Julgar processos antigos

JUSTIÇA ESTADUAL

1º GRAU: Identificar e julgar, até 31/12/2015, pelo menos 80% dos processos distribuídos até 31/12/2011.

2º GRAU: Identificar e julgar, até 31/12/2015, pelo menos 80% dos processos distribuídos até 31/12/2012.

Juizados Especiais e Turmas Recursais: Identificar e julgar, até 31/12/2015, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012.

JUSTIÇA FEDERAL

1º e 2º GRAUS: Identificar e julgar, até 31/12/2015, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2010.

Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais: Identificar e julgar, até 31/12/2015, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e 70% dos processos distribuídos até 31/12/2012.

JUSTIÇA DO TRABALHO

1º e 2º GRAUS: Identificar e julgar, até 31/12/2015, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2013.

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

Identificar e julgar, até 31/12/2015, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2012.

JUSTIÇA ELEITORAL

Identificar e julgar, até 31/12/2015, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2012.

JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO

Auditorias: Identificar e julgar, até 31/12/2015, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2013. 2

STM: Identificar e julgar, até 31/12/2015, pelo menos 95% dos processos distribuídos até 31/12/2013.

JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL

1º GRAU: Identificar e julgar, até 31/12/2015, pelo menos 95% dos processos distribuídos até 31/12/2013.

2º GRAU: Identificar e julgar, até 31/12/2015, pelo menos 95% dos processos distribuídos até 31/12/2014.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Identificar e julgar, até 31/12/2015, pelo menos 99% dos processos distribuídos até 31/12/2010 e 90% dos processos distribuídos em 31/12/2011.

META 3

Aumentar os casos solucionados por conciliação

Justiça Federal: Aumentar o percentual de casos encerrados por conciliação em relação ao ano anterior.

Justiça Estadual: Impulsionar os trabalhos dos CEJUSCs e garantir aos estados que já o

possuem que, conforme previsto na Resolução 125/2010, homologuem acordos pré-

processuais e conciliações em número superior à média das sentenças homologatórias

nas unidades jurisdicionais correlatas. Aos que não o possuem, a meta é a implantação

de número maior do que os já existentes.

META 4

Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa

JUSTIÇA ESTADUAL

Identificar e julgar, até 31/12/2015, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública distribuídas até 31/12/2012.

JUSTIÇA FEDERAL

Identificar e julgar, até 31/12/2015, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2013.

JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO E DOS ESTADOS

Identificar e julgar, até 31/12/2015, as ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública distribuídas até 31/12/2013. 3

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Identificar e julgar, até 31/12/2015, 90% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública distribuídas até 31/12/2012 e 60% das distribuídas até 31/12/2013.

META 5

Impulsionar processos de execução

Justiça Federal: Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente.

Justiça do Trabalho: Baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente.

Tribunal Superior do Trabalho: Baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente.

META 6

Priorizar o julgamento das Ações Coletivas

JUSTIÇA ESTADUAL

1º GRAU: Identificar e julgar, até 31/12/2015, as ações coletivas distribuídas até 31/12/2012.

2º GRAU: Identificar e julgar, até 31/12/2015, as ações coletivas distribuídas até 31/12/2013.

JUSTIÇA FEDERAL

1º GRAU: Identificar e julgar, até 31/12/2015, as ações coletivas distribuídas até 31/12/2012.

2º GRAU: Identificar e julgar, até 31/12/2015, as ações coletivas distribuídas até 31/12/2013.

JUSTIÇA DO TRABALHO

1º GRAU: Identificar e julgar, até 31/12/2015, as ações coletivas distribuídas até 31/12/2012.

2º GRAU: Identificar e julgar, até 31/12/2015, as ações coletivas distribuídas até 31/12/2013.

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO 4

Identificar e julgar, até 31/12/2015, as ações coletivas distribuídas até 31/12/2012.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Identificar, a partir de 2015, os recursos oriundos de ações coletivas e priorizar o seu julgamento.

META 7

Priorizar o julgamento dos processos dos maiores litigantes e dos recursos repetitivos

JUSTIÇA ESTADUAL

Gestão estratégica das ações de massa com identificação e monitoramento do acervo de demandas repetitivas.

JUSTIÇA DO TRABALHO

Identificar e reduzir em 1,5% o acervo de processos dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior.

Meta para 2016: Identificar e reduzir em 2% o acervo de processos dos dez maiores litigantes em relação a 2014.

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

Identificar e reduzir em 1,5% o acervo de processos dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior.

Meta para 2016: Identificar e reduzir em 2% o acervo de processos dos dez maiores litigantes em relação a 2014.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Reduzir o tempo médio da afetação à publicação do acórdão dos recursos repetitivos para 180 dias em 2015.

Meta para 2016: Reduzir o tempo médio da afetação à publicação do acórdão dos recursos repetitivos para 160 dias em 2016.